

# Arinos leva idéias para uma nova Carta

Amc  
CPLC

Rio — Hoje, às 15 horas, em solenidade a ser realizada no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney receberá do professor Afonso Arinos de Mello Franco o anteprojeto da Constituição, elaborado pela comissão de estudos constitucionais após cerca de 14 meses de trabalho.



Arinos mostrará hoje suas sugestões

O empresário João Pedro Gouveia Vieira, membro da comissão, disse considerar da maior importância o trabalho feito, principalmente no que toca à reorganização do Poder Judiciário.

Destacou a criação do Supremo Tribunal de Justiça, que aliviará a sobrecarga de trabalho do Supremo Tribunal Federal, e a criação de maior número de tribunais de recursos, espalhados pelo Brasil, que serão de enorme valor, caso aprovados pelo Congresso Nacional.

"O projeto da nova Constituição se reveste da maior importância ao tocar e regulamentar assuntos do dia-a-dia da vida de todos os cidadãos", disse o presidente da Fundação Pró-Memória, Joaquim de Arruda Falcão.

Falcão enumerou alguns temas, entre eles a noção do direito de família que, no novo projeto, aponta como responsável pelo núcleo familiar não só o pai, mas, sim, pai e mãe juntos e simultaneamente.

Na questão da ecologia, passará a existir, agora, a obrigatoriedade do cidadão de não destruir seu meio ambiente, "a obrigação da empresa, da fábrica, de preservar o Brasil que nós temos".

O presidente da Fundação Pró-Memória ressaltou ainda as inovações trazidas pela comissão na questão do direito do trabalho, e da estabilidade.

O consultor jurídico do Estado-Maior das Forças Armadas e diretor da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, José Alberto de Assumpção, destacou entre as propostas que serão levadas ao debate nacional para futura Constituição o direito à plena cidadania. Como pré-condição para seu exercício, o projeto elimina todas as discriminações e barreiras, principalmente de ordem financeira.

José Alberto de Assumpção salientou que ninguém mais poderá ser privado do exercício da prestação jurisdicional por falta de condições para pagamento das taxas, que só serão devidas no final do processo e pagas pelo vencido.

Outro ponto importante, segundo declarou o diretor da CPRM, foi a criação da figura do defensor do povo, instituição que estará sendo eleito pelo Congresso, à disposição do cidadão para fazer valer os seus direitos, para exigir e fiscalizar o cumprimento dos direitos em todos os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), sendo prontamente reparados as infrações aos direitos fundamentais.

Na mesma forma, na área econômica, a comissão redefiniu o que é empresa brasileira ou nacional para efeitos de recebimento de incentivos, vantagens ou financiamentos. Só se configurará então, empresa nacional aquela que tiver maioria de capital de brasileiros e cujo centro de decisão — e esta é a grande novidade — estiver fixado no Brasil.

## Relatório presta contas

O presidente José Sarney receberá hoje além da proposta de Constituição preparada pela Comissão de Estudos Constitucionais Afonso Arinos, um relatório escrito pelo secretário executivo da Comissão, Mauro Santayana, prestando contas das atividades da secretaria e das despesas feitas durante os 104 dias em que os notáveis estiveram reunidos. Esse mesmo relatório que será entregue ao presidente foi lido ontem na Universidade de Brasília — UnB, após a aprovação do texto final das propostas da Comissão Arinos.

O relatório informa desde a criação dos comitês consultivos, pensados a partir das reuniões que a Secretaria-Executiva promoveu entre os membros da seccional de Brasília e pessoas como o ministro Almir Pazzianotto e o líder sindical João Pires Vascon-

celos, até o número de cópias xerográficas dos trabalhos escritos da Comissão.

Entre as muitas informações está a de que a Secretaria-Executiva cobria todas as reuniões plenárias "com recursos de gravação de trabalhos". As reuniões plenárias, segundo o relatório ocupou 50 dias, quase todos dentro do Hotel Glória, no Rio de Janeiro, com exceção das primeiras que aconteceram em Brasília. Durante essas reuniões foram gravadas 432 fitas, das quais 198 estão de acordo com o documento retidas "indevidamente" no escritório do Banco Central.

Das 239 fitas que estão sob a guarda da Secretaria-Executiva, foram transcritas 16 fitas de 60 minutos e 39 de 90 minutos. Esse trabalho será entregue para o Pró-Memória de acordo

com convênio firmado entre o presidente da Comissão, Afonso Arinos, e da instituição, Joaquim Falcão.

No relatório de despesas que segue junto com o relatório de atividades, Mauro Santayana informa que para os 104 dias em que os notáveis estiveram reunidos foi feita uma dotação de Cz\$ 7.315.000,00. Desses, há uma verba de Cz\$ 1.070.000,00 destinada a publicações, que será utilizada na divulgação do texto.

O relatório presta contas ainda de que foram gastos Cz\$ 1.070.000,00 com correspondência, comunicações telefônicas e telegráficas, material de consumo (papel), fotocópias e fitas para gravação dos debates e aluguel de máquina Xerox. As despesas de transporte e hospedagem atingiram, até o dia 31 de agosto Cz\$ 3.270.000,00.

## Texto discrimina capital, diz Quintela

O empresário Sérgio Quintela criticou ontem a ordem econômica prevista no anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos, dizendo que o seu texto "discrimina o capital e aumenta excessivamente a intervenção do Estado na economia", em voto em separado que será entregue oficialmente hoje ao presidente Sarney, junto com o documento final da Comissão de Notáveis, em cerimônia no Palácio do Planalto.

As críticas foram feitas na última reunião formal da comissão, realizada na reitoria da Universidade de Brasília, UnB, que contou com a participação de apenas 25 dos seus 550 membros. Sérgio Quintela salientou que o capítulo da ordem eco-

nômica da proposta privilegia o social, "o que considero justo, mas discrimina o capital, ainda que nacional, reprimindo a acumulação de capital, independente da forma de sua obtenção e da sua destinação". O texto apresentado, segundo ele, coloca a iniciativa privada sob a tutela do Estado. O empresário informou que pretende ficar contra esse preceito e lutar pela sua modificação na futura Assembleia Nacional Constituinte.

Coube ao sociólogo Hélio Jaguaribe a defesa da proposta da comissão, observando que o que se pretende é introduzir no Brasil o que vem sendo feito nos países mais adiantados do mundo, ou seja, "uma economia de mercado socialmente regulada,

entregando-se à iniciativa privada a responsabilidade de produzir riquezas e de promover o desenvolvimento, com a justa remuneração do capital, mas deixando à supervisão do Estado democrático a distribuição do excedente". Com isso, segundo Jaguaribe, "chegaremos a um sistema de mercado livre, porém de destinação social, voltado para a distribuição do bem-estar entre todos os cidadãos".

No final, o presidente da comissão, professor Afonso Arinos, justificou as opiniões divergentes dos integrantes da comissão, afirmando que não houve "adesão" ao anteprojeto, mas apenas a sua aceitação pela maioria dos notáveis, como forma de contribuição à futura Constituinte.